

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2021:

---Aos onze dias do mês de março do ano dois mil e vinte e um, nesta cidade de Esposende, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Município, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Esposende, sob a presidência do Arq. António Benjamim da Costa Pereira, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os senhores Vereadores:

Eng.^a Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,

Dr. António Sérgio Moreira Mano,

Prof. Rui Manuel Martins Pereira,

Dr.^a Maria Angélica Barros Tomé da Cruz,

Dr. Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, e

Eng.^o António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.

---A reunião foi secretariada por Mafalda Sofia Miguéis dos Santos Ferreira, Licenciada e Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos da Câmara Municipal.-----

---Sendo dez horas e quinze minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião.-----

---Nos termos do disposto no artigo segundo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o período de antes da ordem do dia, tendo começado por esclarecer algumas questões, nos seguintes termos:

“A primeira questão prende-se com a consulta pública do Parque da Cidade, apenas dizer que entretanto terminou, rececionamos vinte contributos, embora dois deles sejam repetidos, do Partido Comunista Português que enviou por e-mail e depois através da plataforma que nós criámos para o efeito, o que se pode dizer é que foram participações bastante interessantes, todas elas elogiavam de uma certa forma o projeto que estava a ser apresentado, e depois apresentavam os seus contributos. Esses contributos foram todos remetidos ao projetista, já na semana passada, e foi enviada uma resposta a cada um dos particulares que contribuíram, a agradecer o seu contributo, muitos deles vinham no sentido de acrescentar espaços destinados ao desporto, etc, porque muitas pessoas não sabem por esta altura, que estamos a pensar num espaço unicamente dedicado a essa área, um Parque Desportivo e, portanto, é natural que pedissem para ali esses equipamentos. Sendo certo que, o próprio espaço tal qual como ele está definido, vai permitir a prática do desporto informal, tem clareiras enormes, etc.

Foi um processo que correu muito bem, foi tranquilo, houve muitos contributos, está praticamente no seu término, eu gostava muito de poder eventualmente trazer à próxima reunião de câmara, já o projeto para aprovação final, vamos tentar, se não for na próxima será na seguinte, para que possamos dar início à contratação dos técnicos para avaliar os terrenos, que será o passo seguinte, a negociação e aquisição dos terrenos.

Vamos ver se surge financiamento para esta obra, que pode surgir num novo quadro comunitário, ou então no próprio PRR, vamos ver.

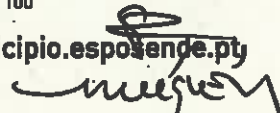
Entretanto, inauguramos a Loja Social, foi um processo que se arrastou durante imenso tempo, demorou mais do que o desejado, mas está já ao serviço da população de Esposende.

A START Esposende, apesar de ainda não ter sido inaugurado o espaço, estamos a pensar fazê-lo em maio, está a funcionar há já bastante tempo, com uma adesão muito significativa

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

✉ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt



por parte dos utentes daquele espaço e, acabou de ser certificada pelo IAPMEI (Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação) ao abrigo do programa StartUP VISA, através do qual serão recebidos e incubados empreendedores estrangeiros que pretendam desenvolver projetos de empreendedorismo e/ou inovação em Esposende, o que é um reconhecimento sempre importante para estes espaços e penso que está a ter a dinâmica que se pretendia, eu diria que é um projeto de enorme sucesso.

De resto, ontem foi um dia muito importante, andamos há dois anos a tentar a aquisição de terrenos para a construção da rotunda da Cruz Vermelha, em Marinhãs, na EN 13, são processos bastante complexos, com muita gente envolvida, com alguns conflitos familiares, mas fizemos ontem escritura de duas parcelas, vamos agora partir para a demolição da casa que está junto à EN, quem vira para Cepães, que dará muito maior visibilidade à estrada naquela zona.

A ideia é demolir rapidamente, independentemente daquilo que está a ser tratado neste momento com as Infraestruturas de Portugal, com a Eng.ª Luisa Cordeiro, que é, fazer um protocolo para a construção da rotunda, em que nós vamos dar um contributo com alguns terrenos, nomeadamente este, é demolir o mais rapidamente possível aquele prédio, que permite desde logo uma maior visibilidade à estrada nacional, o que muito nos preocupa como é evidente, porque tem havido ali muitos acidentes.

Ontem abriu também o Aldi supermercado, naturalmente que nós temos tido uma preocupação subjacente com o comércio local, mas, é verdade que estas unidades acabam por aparecer em todo o lado, estão aí por todas as cidades envolventes, as pessoas de Esposende deslocam-se fora para ir a este tipo de espaços, e, em boa verdade, há regras urbanísticas para cumprir e sendo cumpridas, por muito que houvesse vontade do município impedir a construção daquele espaço, não tinha hipótese de o fazer.

Contudo, é uma excelente opção em termos de enquadramento com o espaço envolvente, está muito bem, melhorou muito a circulação naquela zona, em termos estéticos é uma unidade bastante agradável, valorizou todo aquele espaço envolvente, criou emprego, 20 postos de trabalho e vem aumentar a concorrência o que é sempre positivo para os consumidores. É um investimento de cerca de 5 milhões de euros em Esposende, numa unidade que não existe nos municípios limítrofes.

E terminar este assunto como o comecei, ainda hoje vamos aqui aprovar um apoio aos comerciantes locais de €200.000,00 (duzentos mil euros), temos um conjunto de isenções que não se aplicam a este tipo de unidades, dizer também que estamos para formalizar um protocolo com eles, em primeiro lugar para incentiva-los a terem à venda produtos endógenos, quer da parte da doçaria, quer dos laticínios das Marinhãs, quer dos legumes da cooperativa, eu mesmo forneci o contacto do Presidente da Cooperativa, para que eles estabelecessem contacto e pudessem ter à venda os produtos, nomeadamente hortícolas, diretamente dos produtores de Esposende, porque cria aqui uma relação não de uma entidade que invasora, que trás os produtos de fora para vender às pessoas de Esposende, mas que ative a economia local e que consuma produtos locais, portanto, isso seria um fator de diferenciação que nós tentamos incutir e que nos parece bastante interessante.

Outro assunto tem a ver com o PRR - Plano de Recuperação e Resiliência, nós fomos confrontados com esse documento, demos os nossos contributos, quer diretamente, quer através da CIM, ficamos muito desiludidos com o documento, não vem nada de acordo com aquilo que seriam as nossas expectativas, porque temos grandes projetos para concretizar e estava aqui a grande oportunidade, diria eu, para que eles fossem concretizados, se não fossem todos, alguns, nós temos muitos, mas não. O documento está muito vocacionado para as grandes áreas urbanas, para o Porto, para Lisboa, é mais do que evidente isso, foi feito um mapeamento prévio de projetos, claramente com uma tendência muito mais política, não há



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

☎ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

dívida absolutamente nenhuma sobre isso, basta ver quem são os municípios da nossa região que estão satisfeitos com o PRR, Guimarães e Viana do Castelo, basta perceber qual é o partido que está na Câmara nesses municípios e já se percebe porque é que só esses é que ficaram contentes, Braga não ficou contente, mais ninguém ficou contente, só Guimarães e Viana do Castelo é que ficaram. Eu percebo, porque no caso de Viana do Castelo estão inerentes investimentos importantes nas áreas industriais, é o acesso à zona portuária, etc, é garantia de grandes investimentos e isto é feito com uma tendência claramente política e não com uma procura dos projetos que são verdadeiramente importantes para o desenvolvimento do nosso território.

Nós manifestamos o nosso desagrado, e ainda temos esperança que haja aqui uma inversão e nós até propusemos a criação de um eixo direcionado para os municípios, em que houvesse ajudas monetárias que pudessem ter um financiamento, nós estamos certamente a falar de muito pouco dinheiro, face aquilo que é o volume global do documento.

Estamos a falar de uns quinze milhões de euros, certamente que daria um desfogo muito grande para os municípios da nossa região, do norte do país.

Eu percebo as estratégias nacionais, eu percebo a exploração de lítio, eu percebo a exploração de hidrogénio, percebo a melhoria dos transportes, que é uma coisa importantíssima o transporte ferroviário, há coisas que são estratégia de âmbito nacional e não podem ser questionadas, mas o resto, quando se começa a perceber que são coisas pontuais e que nós ficamos de fora, é muito desagradável aceitar isso. Ainda por cima vamos ter aqui um problema associado, é muito pouco tempo para esgotar este dinheiro, se nós já não conseguimos a execução em sete anos, nos prazos normais, chega-se a meio do programa ainda não se conseguiu resolver nada, porque a burocracia que existe e os mecanismos de fiscalização, tudo isso, atrasa muito estes processos, não sei como é que vai ser para gastar este dinheiro todo em três anos, cumulativamente com o outro que ainda está em vigor.

Mais uma vez é curioso, porque nós identificamos as áreas prioritárias, temos os projetos, comprometemo-nos com execuções rápidas do que temos e o dinheiro, vai para outras coisas que ainda não têm absolutamente nada, portanto não se consegue executar, ou então é gasto de forma errada, num mega projeto que consome os recursos financeiros todos e acaba por não corresponder aquilo que são as necessidades do país e dos territórios.

E para nós, estamos a falar de projetos como a Ponte, o Parque da Cidade, as variantes de Apúlia e Ofir, a variante aqui da cidade, o acesso à A28, as áreas industriais, a própria Estação Rádio Naval de Apúlia, o Forte S. João, estamos a falar de obras importantes para o nosso desenvolvimento, os projetos âncora para o desenvolvimento do município, que infelizmente ficam ao lado destes planos, incompreensivelmente.

De resto, outro assunto que parece estar na ordem do dia que agora parece que todos os partidos acordaram para ele que é a barra, tantos anos ninguém quis saber da barra, nós começamos a falar da barra e eles agora falam todos da barra. Eu fico muito contente por podermos aqui puxar por este assunto para a ordem do dia, a verdade é que ainda estamos a aguardar pela reunião com o senhor Ministro, mas também sei que essa reunião está a ser preparada ao mais alto nível e isso satisfaz-me, nós também não podemos ser imediatistas, queremos a reunião, não tem que ser para amanhã, o que interessa é que seja uma reunião produtiva, não queremos reuniões atrás de reuniões para sair de lá de mãos a abanar. Eu sei que está a ser preparada com todos os cuidados, para se ver, no sentido de se sensibilizar para a oportunidade, eu acho que ou é agora, ou então não estou a ver quando irá ser.

Se nós num momento destes em que a restinga está completamente destruída, em que a cidade está exposta à ação do mar, ainda ontem tivemos um exercício, foi agora publicitado sobre os tsunamis, etc, sobre as preocupações que isso encerra, podendo haver uma tempestade qualquer, pode acontecer de um dia para o outro, podem-se criar as condições para haver

MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

 municipio.esposende@cm-esposende.pt
 +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

uma tempestade Hércules, tal qual como aconteceu há uns anos a esta parte, e é o suficiente para causar danos gravíssimos em termos patrimoniais e se não estivermos a falar da própria vida das pessoas, isto não pode passar assim, não é nenhum capricho das gentes de Esposende que resolveram embirrar com a construção da barra, não é nada disso. É o problema da navegação, é o problema da própria cidade que está exposta, é o problema ambiental, porque aquilo no fundo é um problema ambiental, porque o mar destruiu a restinga toda e todos os habitats que ali se encontravam, nomeadamente a nidificação das aves, etc, foi tudo destruído, está cheio de água por todo o lado, e depois, há uma tendência acelerada de destruição da restinga, ou seja, se não se fizer nada, eu acredito que dentro de algum tempo, muito pouco tempo, a restinga pode quase desaparecer na totalidade, começa a ficar uma foz completamente desorganizada, a água irá pelo sítio, por onde conseguir rebentar a restinga, seguirá sempre o caminho mais curto e, um dia destes estamos a ver a foz a regressar à localização antiga na zona de Fão, ela vai galgando sempre para sul, estabiliza naquela zona e fica tudo assoreado a norte e isso é incompreensível perante todos os investimentos que lá foram feitos.

Portanto, isto é um assunto grave, complexo e que, exige uma tomada de posição muito assertiva por parte da Tutela, claro que, qualquer coisa que passe pela estabilização daquela zona com equipamentos, vai ter uma grande oposição do ponto de vista ambiental, nós sabemos que as associações ambientais vão-se posicionar perante isso, mas a verdade é que, eu quero saber se essas mesmas associações ambientais se responsabilizam por danos causados à cidade de Esposende e à população de Esposende, caso haja um problema. Se houver alguém que queira assinar um termo de responsabilidade e sofrer depois as consequências desse tipo de atuações, já temos aqui alguma salvaguarda, mas não me parece que o queiram fazer, há-de ser sempre uma luta.

A Tutela está atenta a isso, mas parece-me possível e parece-me que se criou aqui a janela de oportunidade para isso acontecer, não justifica andar a gastar dinheiro, oitocentos mil euros num molhe, um milhão e duzentos mil noutro, fazer obras na doca de pesca, mais um milhão e duzentos mil euros também e, ao mesmo tempo ter uma marina de recreio completamente abandonada, o rio todo assoreado e toda a gente diz que vai resolver, diz-se que há dinheiro para tudo, a DGRM vai fazer uma dragagem, saiu agora um normativo a nível nacional a dizer que vai haver quatro milhões e tal mil euros para dragar as fozes dos rios, mas, para três anos, como sabemos é claramente uma resposta política, sem qualquer fundamento técnico, porque não foi articulado com as várias situações que tinham sido pensadas, o que adianta dizer uma coisa dessas se não está articulado com as várias intervenções que estão pensadas, concursos que estão lançados, obras que estão interrompidas a aguardar pela melhoria do tempo para poderem ser executadas, a própria indemnização dos sacos que nós temos aí de um milhão e cinquenta mil euros para ser consumido, tudo isto tem que ser cozido, por isso é que nós marcamos esta reunião com o Senhor Ministro, para que ele perceba toda a realidade financeira que existe aqui, para que se possa encaixar, não adianta avançar com medidas avulso, lá está, é só a componente da navegabilidade e esquecem-se de tudo o resto.

Quanto à vacinação houve uma interrupção na segunda-feira por falta de vacinas, mas já retomou ontem quarta-feira, e prossegue ao ritmo normal, o processo está a andar com serenidade e a calma que é preciso.

Tivemos pedidos por parte do Surf, querem retomar esta atividade, tentamos saber junto da autoridade de saúde se, se poderia permitir a prática do surf e a verdade, é que, fomos aconselhados a aguardar até que viéssemos par um nível mais baixo.

Por último, informar que refletimos sobre a questão da atribuição de um voto de pesar pelo falecimento do Prof Dr. Rui Agonia Pereira, contudo, não tivemos tempo de o redigir



convenientemente, mas virá à próxima reunião de câmara, a exemplo daquilo que se fez na Assembleia Municipal.”

De seguida pediu a palavra o Senhor Vereador Rui Pereira, tendo referido:

“Tenho dois assuntos que são mais de cariz político, intervenção política sem questões, e depois tenho algumas questões para colocar.

A primeira tem a ver com o papel da oposição, a propósito de um “graffiti” que apareceu na estação elevatória em Fão, o senhor presidente voltou a atacar a oposição e a colocar tudo no mesmo saco, lançando suspeições inaceitáveis sobre os seus representantes. Eu sou o rosto da oposição neste órgão e não aceito ser envolvido numa situação na qual não me revejo e numa prática de atuação com a qual não concordo.

Que fique claro que eu e o movimento de cidadãos que represento neste órgão tem uma forma de atuar e estar na política que não se coaduna com este tipo de atitude, que obviamente reprovamos. Fazemos as intervenções que achamos importantes, agimos em função daquilo em que acreditamos e damos a cara. Sempre!

Seja aqui nas nossas intervenções, nas assembleias municipais ou nas comunicações que fazemos para o exterior com recurso às redes sociais uma vez que não dispomos de boletins pagos pelos municípios como o Executivo tem.

E mesmo quando fazemos algum tipo de participação às entidades competentes damos a cara e damos o nome.

Levo quase 3 anos de exercício efetivo nas funções de vereador (iniciei funções em 27 de abril de 2018) e ao longo de todo este tempo fiz apenas uma participação à DGAL por via da permuta de terreno em Palmeira de Faro. E fi-lo depois de ter colocado a questão aqui e o nosso grupo político na Assembleia Municipal. Achamos que o processo é ilegal e fizemos uma participação a quem tem o poder de esclarecer a situação. Cumprimos assim a nossa função de fiscalizar a atividade municipal.

Uma única participação em 3 anos. Centenas de questões colocadas neste órgão e dezenas de publicações. Demos, damos e daremos sempre a cara. E não será uma manifestação escrita infeliz do senhor presidente que nos vai atirar para a lama da política local.

Não somos todos iguais!

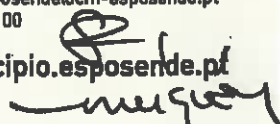
Relativamente à barra do rio Cávado, o senhor presidente lançou recentemente o repto a toda a comunidade, incluindo os partidos e movimentos políticos, para que sejam parte da solução para a barra e contribuam para que seja alcançada uma solução definitiva, numa ação articulada de força política e institucional junto da tutela.

Pois bem, até setembro ou outubro, altura das próximas eleições autárquicas, pode contar com a nossa colaboração e apoio. Mas temos uma condição: que seja sempre dita a verdade! E a primeira verdade que tem de ser dita e assumida é que o senhor presidente tem responsabilidades pela solução dos geocilindros. Aliás, a obra foi aprovada pela sociedade Polis, onde o senhor presidente tinha e tem assento, foi alvo de visitas dos membros do governo que sempre acompanhou e foi muitas vezes, orgulhosamente apelidada pelo senhor presidente como a “maior obra da península ibérica com esta solução técnica”.

A solução falhou e há que assumir responsabilidades.

Outras questões que se colocam têm a ver com o financiamento da obra que foi executada, as garantias, as indemnizações e a verba de 1 milhão e 50.000€ de que o município é fiel depositário, a que se destinam e quando podem ser utilizadas.

Quando estas e outras questões forem respondidas de forma cabal e esclarecedora, cá estaremos para assumir as nossas responsabilidades e colaborar dentro daquilo que nos for possível, para que o rio Cávado tenha uma barra com soluções definitivas e o rio navegável pelo menos até Barcelos, potenciando assim o desenvolvimento da pesca, da náutica e do recreio.



Foi esta semana notícia e morte de um animal num dos poços a céu aberto em Belinho. Já em novembro passado falamos deste assunto e desconhecem-se quaisquer procedimentos. Sabemos que são espaços privados, usados para rega, mas muitos deles confrontam com caminhos, estão escondidos pela vegetação e são autênticas armadilhas para animais e pessoas.

Alertamos mais uma vez para a necessidade de ser feita uma sensibilização junto dos proprietários para que cumpram a lei e evitem possíveis desgraças.

São cada vez mais os atletas do concelho que têm uma prática desportiva individual e, por conseguinte, não enquadrados nos contratos programa de desenvolvimento desportivo celebrados com os clubes e associações desportivas do concelho.

Em algumas circunstâncias podem e devem ser apoiados, fruto do inegável mérito e reconhecimento até por parte das federações desportivas, com chamadas às respetivas seleções nacionais.

Estes apoios têm sido dados sob a forma de contratos de publicidade, sem haver um reconhecimento do mérito desportivo, das efetivas necessidades de apoio ou simplesmente do cumprimento de requisitos que consideramos mínimos para acesso a apoios dados com dinheiros públicos, criando assim situações de injustiça.

Nestes pressupostos, questionamos quais os critérios existentes e utilizados para o apoio aos atletas individuais, seja através de prestação de serviços de publicidade, contrato programa ou outra forma de apoio.

É do conhecimento do Executivo, concretamente da senhora vereadora da educação e do senhor presidente o estado de degradação do centro escolar de Forjães. Uma das fachadas de um muro está caída há cerca de 2 anos, vedada com fita, mas sem solução à vista.

Questionamos o ponto de situação daquela obra, nomeadamente no que respeita à receção definitiva e garantias da empreitada e o que está a ser pensado para resolver os problemas estruturais de uma obra que custou alguns milhões de euros de dinheiros públicos. A empresa que terminou a obra foi praticamente escolhida a dedo depois da cedência da posição contratual e não se entende a fraca qualidade da construção, com prejuízo evidente para toda a comunidade educativa.

Por último deixar uma nota relativa à iniciativa Março com Sabores do Mar.

Antes de mais felicitar a Câmara Municipal e o sr. Vereador Sérgio Mano pela coragem em fazer avançar uma iniciativa que o ano passado foi interrompida a meio por via da pandemia.

É uma iniciativa importante para os agentes económicos locais e mesmo com algumas falhas e omissões ficando assim um pouco aquém do esperado, nomeadamente ao nível do serviço de distribuição das refeições, com possível recurso aos operadores de táxi, apoiando assim mais um setor de atividade; ou da oferta de recipientes próprios para o takeaway, é de valorizar o facto de mais uma vez serem valorizados os produtos locais, a formação dos agentes locais e todas as empresas do setor aderentes. Fica assim o nosso reconhecimento e felicitações.”——

O Senhor Presidente esclareceu nos seguintes termos:

“Embora não tenha sido uma pergunta, relativamente à oposição, quando falo de oposição é geral, não falo da oposição da Câmara, tenho oposição na Assembleia Municipal e quando falo em oposição falo no seu todo. Eu percebo o desconforto e estamos a falar daquela pintura que fizeram ali em Fão e falo da oposição, porque é evidente, e faço essa colagem aquilo que é um discurso muitas vezes irresponsável por parte de alguma oposição, mas cada um faz o juízo que entende, mas é fácil de ver quem é que faz isso, o que leva as pessoas muitas vezes a agir de forma impensada. De qualquer maneira, eu não vi o JPNT a pronunciar-se publicamente sobre isso, contra isso.

Para ser coerente, se não tem nada a ver com isso, se pensa exatamente como eu, devia assumir publicamente aqui e lá fora aquilo que pensa.



[Handwritten signature]

Eu sei que aquilo resulta de uma oposição mais agressiva, que incentiva a estes atos. A minha reação não é dirigida a ninguém em particular, se o JPNT não tem esse comportamento e não o faz, não tem que se sentir atacado com isso.

Eu tenho o direito de me sentir insultado com aquilo.

Em primeiro lugar, aquilo nada tem a ver com a Câmara.

É uma imagem retrógrada daquilo que é o exercício da política em Esposende há muitos anos, é, eu pensei que já se tinha ultrapassado isso, mas há sempre alguém que vai por esse caminho.

Basta ver o comportamento do Partido Comunista no sábado, saíram para a rua e comemoraram, são livres, não me incomoda nada, desde que não danifiquem aquilo que é património público. Eu considero as pessoas suficientemente inteligentes, para olharem para um programa do Partido Comunista e dizerem assim "eu não quero votar nestas pessoas, ou quero", uns gostam, outros não gostam, isso é a democracia a funcionar em pleno.

A questão é esta, eu gostaria muito, confesso, de ter visto e ficava bem à oposição, quem não se sente comprometido com aquilo, dizer no mesmo dia, ter vindo a público dizer que "estou solidário consigo, porque isto não se faz e independentemente das nossas "desavenças políticas" ou ideias divergentes, neste aspeto estou completamente ao seu lado", isso ficava bem. E era bom para as pessoas lá fora perceberem que afinal há políticos que têm uma postura, que sabem diferenciar a política do assunto pessoal, era o que eu faria se fosse com outros, com o senhor vereador por exemplo.

Na questão da barra, pois, claro que eu tenho sempre responsabilidades nesta matéria, só que os sacos foram em 2009 e o que aconteceu ali, foi o resultado do grupo de trabalho que foi criado, ainda eu não era Presidente da Câmara, foi criada uma comissão por despacho do Senhor Ministro, ou do Secretário de Estado, tinha pessoas da Câmara, por acaso eu não fazia parte, mas havia pessoas da junta de freguesia, outras entidades, capitania, etc, a própria academia, tinha um grupo gerido pelo próprio Veloso Gomes e que resultou naquela solução.

Quem era o Presidente da Câmara de Esposende, para colocar em causa o conhecimento técnico-científico, elaborado por um grupo alargado de personalidades e de identidades que supostamente sabem resolver estes problemas, face aquilo, eu só tinha era que dar o meu apoio à solução, acreditando nela.

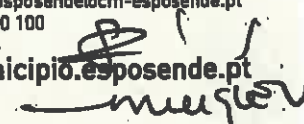
Uma vez que se verificou que não funciona, eu estou aqui para fazer as minhas críticas e tentar encontrar novas soluções e tenho sido muito claro, naquilo que é o posicionamento da Câmara Municipal, face ao que tem que ser feito ali naquele espaço. Atirar para cima de mim o ónus de se ter escolhido os sacos, isso é retórica política, cada um diz aquilo que quer, mas não faz qualquer sentido.

Para já, há uma reunião com o Senhor Ministro e vamos ver o que é que resulta dessa reunião, vendo qual é o caminho a seguir e em seguida, vamos tentar dar algum conforto à decisão do Senhor Ministro. Mas gostávamos de contar com a participação de todos obviamente, não numa perspetiva de fiscalização política, do que se gastou, do que não se gastou, basta consultar as contas da Polis, não é esse o caminho, nós precisamos de todo o conforto político e de apoio para que as coisas andem para a frente.

Relativamente ao centro escolar de Forjães, sei que existe lá um problema, vamos ver essa situação, mas não lhe fica bem dizer que a empresa foi escolhida a dedo, se foi não foi por mim, se foi escolhida foi pelo meu antecessor, sei que a empresa que fez a obra não conseguiu continuar com os trabalhos, houve cedência da posição contratual, foi um processo totalmente conduzido pelo meu antecessor, portanto, se foi escolhida não foi por mim.

As obras já corriam mal antes de eu chegar à Câmara e já havia incumprimentos antes de eu ser Presidente da Câmara, não começou comigo, nem com a ACF.

Há aqui uma dificuldade em separar o que era responsabilidade da primeira e o que é da



segunda empresa, mas será resolvida com toda a certeza."

O Senhor Vereador Rui Pereira voltou a pedir a palavra, tendo referido:

"Não foi para o senhor Presidente o que eu disse foi, "A empresa que terminou a obra foi praticamente escolhida a dedo depois da cedência da posição contratual e não se entende a fraca qualidade da construção". Uma coisa é a ACF, que não conhecemos a capacidade construtiva, outra coisa é uma empresa que cedeu a sua posição contratual a uma empresa que estava bem implantada e tinha boas soluções de construção e não se entende porque não resultou, eu não levantei suspeição nenhuma, até porque eu conheço muito bem o processo e sei de onde é que ele vem, o senhor Presidente é que vê em tudo aquilo que eu digo, que tem a ver com suspeição, mas não tem."

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Alexandra Roeger, para prestar os esclarecimentos devidos, à questão relacionada com os poços, tendo a mesma referido:

"Relativamente à questão dos poços, foi feito um estudo pela autarquia entre 2018 e 2019 em que foram identificados 432 poços em situações efetivamente de perigo. Foram feitas várias ações nas juntas de freguesia, nomeadamente em Belinho, eu lembro-me de ter estado em Belinho em 2019 e em S. Bartolomeu do Mar e foram feitas muitas ações no terreno, no sentido de tentar perceber sobre a propriedade, porque realmente estamos a falar sempre de terrenos privados. Nessas ações de sensibilização foram entregues materiais, as juntas de freguesia fizeram uma massiva distribuição de panfletos e de facto, houve bastantes situações que ficaram resolvidas.

Neste momento, e estamos a falar em 2018, 2019, infelizmente em 2020 de facto, neste processo pouco se fez por causa da pandemia, mas já houve indicação em novembro salvo erro, para o Plano de Ação da Proteção Civil, para este ano era necessário retomar este processo com urgência, no sentido de sensibilizar e de verificar o ponto de situação.

Gostava de dizer que realmente a cadelinha que lá caiu, a Rutinha, foi acompanhado por nós, tivemos já oportunidade de contactar com a senhora, tentamos perceber o que é que se passou para a cadelinha ter caído naquele espaço, a veterinária tem estado a acompanhar, foi uma fatalidade, infelizmente o que aconteceu, mas nós estamos a acompanhar e vamos retomar naturalmente o processo.

Sendo certo e reitero que, a Câmara Municipal fez um trabalho de sensibilização muito grande, inclusivamente chegou a contactar com a GNR por causa da aplicação das multas e das coimas que estão associadas e que não são pequenas, eu posso dizer que podem ir até aos duzentos e cinquenta euros."

O Senhor Presidente retomou a palavra tendo referido:

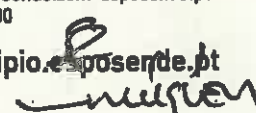
"Acrescentar apenas que, são terrenos privados e as pessoas também não devem passear os cães sem trela, o problema é que também há terrenos que estão cultivados, isto não é desculpar, uma coisa não invalida a outra, as coisas têm que ser resolvidas, têm que ser devidamente sinalizados, mas também há terrenos devolutos, que estão abandonados e é complicado.

No entanto, os detentores dos animais têm que estar sensibilizados para as suas responsabilidades e não podem alienar essa responsabilidade, há regras a cumprir.

Também temos que entender todo o enquadramento da questão e sensibilizar quer os proprietários dos poços, quer os detentores de animais."

De seguida o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Rui Losa para prestar os esclarecimentos devidos à questão dos critérios existentes e utilizados para o apoio aos atletas individuais do concelho, tendo o mesmo referido:

"Os critérios têm a ver com uma prestação de serviços de representação e publicidade, como vinha sendo feito já desde o executivo anterior, com os critérios de atletas a nível internacional



e nacional, que representam o município, através da sua imagem e promovem o concelho, e estão presentes em campanhas de promoção do concelho de Esposende, através de outdoors, etc e também, tem a ver com a questão de serem atletas a título individual que, não estão de certa forma integrados também nos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, por serem desportos individuais, como o automobilismo, o motociclismo, etc e portanto, essa é a forma que nós temos para dar esse apoio aos atletas, à representação deles e à prestação de serviços de publicidade, por promoverem e serem os embaixadores do desporto do concelho de Esposende, fora do concelho de Esposende e dentro do concelho de Esposende.

Um dos critérios para essa atribuição é participar em campeonato nacional ou campeonato internacional, tem que fazer prova disso, tem que haver um pedido, a demonstração de todo esse pedido de apoio, há um dossier, ele é analisado e mediante essa análise é atribuído o valor.

No entanto referir também que já está a ser preparado nesta nova gestão desportiva municipal que a breve prazo será apresentada, esperamos em maio, ou junho, a todos os clubes e associações do concelho de Esposende que é a definição das normas e regulamentos para os apoios e aí serão tidos em consideração todos esses critérios e possivelmente até passarão também depois, para a área dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo à semelhança do que estão a fazer já noutros municípios também."

O Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Vereadora Angélica Cruz para complementar os esclarecimentos dados à questão do centro escolar de Forjães, tendo a mesma referido:

"Relativamente ao centro escolar de Forjães, efetivamente eu concordo que o assunto é urgente, e tem sido alvo de preocupação até ao momento, a equipa técnica está a aguardar só condições para resolver de uma vez por todas esse problema.

Como o Senhor Presidente já explicou, este processo decorreu dessa falta de definição das responsabilidades mas, tal como o Senhor Presidente também já disse, vai ser preciso avançar, a empresa que tem responsabilidades terá que assumir a sua parte, quando houver dívida, teremos que avançar e depois ver-se-á a responsabilidade a quem é cometida."

Não se verificaram mais intervenções neste período.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

01 - BALANCETE:

Foi presente o Balancete da Tesouraria, relativo ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos:

CÂMARA MUNICIPAL

em cofre, na Tesouraria:	3.484,91€
Fundos Permanentes:	4.000,00€
Depósitos à ordem: na Caixa Geral de Depósitos	3.348.069,62€
no Crédito Agrícola	407.851,48€
no Novo Banco	34.244,51€
no Banco Português de Investimento	44,78€
no Banco BIC	597.424,75€
no Banco Santander Totta	108.782,50€
no Banco Millennium BCP	307.107,31€
SUB- TOTAL	4.811.009,86€



[Handwritten signature]

Depósitos a Prazo

Banco BIC – BIC	1.500.000,00€
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	
Em cofre, na Tesouraria	234,73€
Depósito à ordem na Caixa Geral de Depósitos	1.111.521,72€
Depósito à ordem no Banco BIC	1.078.354,90€
Depósito à ordem no Banco Santander Totta	0,00€
SUB- TOTAL	2.190.111,35€
TOTAL	8.501.121,21€

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.

02 – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL Nº 03/2021, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021 – PROPOSTA.

Foi presente a ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia dezoito de fevereiro de dois mil e vinte e um e cuja cópia foi enviada a todos os membros deste órgão.

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2021.

03 – ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

03.01 – ATIVIDADES ECONÓMICAS:

03.01.01 – MINUTA DE REQUERIMENTO PARA FORMALIZAÇÃO DE PEDIDO DE INCENTIVO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO – PROPOSTA.

Foi presente em reunião Proposta do Senhor Vereador Sérgio Mano, com o seguinte teor:

"Atentos os considerandos que se seguem:

- Em sessão ordinária do órgão deliberativo municipal, ocorrida no dia 26 de junho de 2020, foi aprovada a versão final do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento, nos termos do disposto na alínea k) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de janeiro, na sua redação atualizada, cuja publicação foi concretizada em Diário da República n.º 137, 2.ª Série, de 16 de julho de 2020, tendo o mesmo entrado em vigor no dia imediatamente seguinte ao da sua publicação e, portanto, em 17 de julho de 2020;*
- Dispondo o número 1 do artigo 4.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento aprovado que, "os pedidos de incentivos deverão ser apresentados junto*



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Eposende

municipio.esposende@cm-esposende.pt
+351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

Handwritten signature

da Câmara Municipal, através de requerimento próprio, de acordo com modelo a aprovar pela Câmara Municipal, no qual o promotor declara o conhecimento e a aceitação dos termos deste Regulamento", procederam os serviços técnicos à elaboração de proposta de requerimento, para efeitos de aprovação por parte do órgão executivo municipal, enquanto órgão competente para o efeito.

Termos em que, PROponho QUE:

- A Câmara Municipal, enquanto órgão competente por força do disposto do número 1 do artigo 4.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Esposende, delibere aprovar a minuta de requerimento concretizada pelos serviços técnicos da autarquia, para efeitos de formalização do pedido de incentivo ao abrigo do referido Regulamento, minuta que se encontra anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Sérgio Mano foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE REQUERIMENTO CONCRETIZADA PELOS SERVIÇOS TÉCNICOS DA AUTARQUIA, PARA EFEITOS DE FORMALIZAÇÃO DO PEDIDO DE INCENTIVO AO ABRIGO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI PROPOSTA E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

03.01.02 – ADESAO AO PACTO LOCAL PARA A EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO JOVEM - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião Proposta do Senhor Vereador Sérgio Mano, com o seguinte teor:

"Atentos os considerandos que se seguem:

- É incumbência dos Municípios promover e apoiar o desenvolvimento de atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa, ou outra de interesse municipal, competência que decorre da alínea ff) e u) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei número 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.
- No decorrer da situação de pandemia, declarada pela OMS, devido à propagação da COVID-19, cujo impacto económico é evidente, e em virtude do abrandamento da procura e do encerramento imposto a vários setores de atividade, é expectável um aumento das taxas de desemprego, nomeadamente, ao nível do desemprego jovem.

Considerando, ainda:

- Os desafios que os jovens enfrentam, na transição da escola para o mercado de trabalho;
- A precariedade no emprego jovem e a necessidade do combate à vulnerabilidade económica a que os jovens estão expostos;
- As eventuais dificuldades de acesso a aconselhamento, apoio motivacional e acesso aos tradicionais canais de divulgação de ofertas de trabalho e gestão de recursos humanos, agravadas pela situação pandémica;



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

municipio.esposende@cm-esposende.pt
+351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

- *A importância da criação e consolidação de ferramentas de estímulo ao espírito empreendedor dos jovens do concelho;*

Entende o Município de Esposende ser da maior relevância a adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, que partilha as preocupações relativas ao emprego e ao empreendedorismo, e tem como objetivos:

- Reduzir o desemprego jovem;*
- Promover a qualificação dos jovens;*
- Facilitar o acesso a informação;*
- Reforçar a cooperação dos municípios;*
- Capacitar técnicos municipais;*

*Termos em que, **PROponho QUE:***

- A Câmara Municipal, enquanto órgão competente ao abrigo da alínea ff) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei número 75/2013, de 12 de janeiro, na sua redação atualizada, delibere aprovar a minuta de adesão ao Pacto Local para a Empregabilidade e Empreendedorismo Jovem, que se encontra anexa à presente proposta e da qual faz parte integrante, porquanto a mesma constitui mais uma ferramenta que se coloca ao serviço da população jovem, no combate à precariedade, ao desemprego e no apoio à iniciativa empreendedora no concelho de Esposende." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Sérgio Mano foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MINUTA DE ADESÃO AO PACTO LOCAL PARA A EMPREGABILIDADE E EMPREENDEDORISMO JOVEM, QUE SE ENCONTRA ANEXA À PROPOSTA, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI PROPOSTA E COM OS QUAIS CONCORDA.-----

03.01.03 – PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião Proposta do Senhor Vereador Sérgio Mano, com o seguinte teor:

"É sabido que em todas as cidades de todo o mundo se tem atravessado um momento extremamente difícil, seja a comunidade das pessoas físicas, sejam as próprias empresas, qualquer que seja a sua dimensão, devida às proporções que tomou a pandemia do vírus COVID-19.

O "Grande Confinamento", como lhe chamou o FMI, levou a uma queda da economia mundial, sem precedentes e à qual, Portugal, não escapou.

A crise pandémica surpreendeu tudo e todos, revelando ou colocando a descoberto algumas fragilidades das economias dos países, mas também dos próprios mercados, desde os mercados mundiais aos mercados locais.

A deteção dessas fragilidades, mas também o reconhecimento da importância em revitalizar os mercados, levou a que, os governos, nacionais e locais – autarquias locais – se reinventassem e adotassem políticas públicas e medidas que, num outro momento e sem esta situação de crise pandémica seriam até impensáveis e, algumas, não fora o momento excecional, de duvidosa regularidade em face das disposições legais em matéria tributária, obrigando a uma aplicação

norme dos municípios na revitalização dessas mesmas economias.



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

municipio.esposende@cm-esposende.pt
+351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

Esposende não foi exceção e, como é do conhecimento público e desta Câmara Municipal, diversas foram as medidas adotadas para dinamizar e criar resiliência à economia local e às empresas do setor retalhista local.

Foi nesse sentido que o Município de Esposende disponibilizou, e assim continua, ao longo dos últimos meses e de acordo com a evolução da situação epidemiológica, um significativo conjunto de apoios, quer pela via de incentivos fiscais e isenções municipais, quer pela criação de programas de apoio, agilização de processos, disponibilização de equipamentos e novos serviços, e demais medidas de apoio e estímulo da atividade económica.

A nível nacional e local foram também lançadas campanhas de consciencialização para a compra no comércio local, mas, pelo agudizar da situação económica dos comerciantes locais, decorrentes do elevado espaço temporal que ditou o seu encerramento e impedem a realização de negócios, novas medidas se impõem. Além do mais porque com o decorrer do tempo e com a impossibilidade reiterada de falta de faturação, o risco de encerramento e insolvência de muitas dessas empresas é elevado e, por mais pequenas que sejam as medidas adotadas, poderá significar a diferença entre a sua sobrevivência e o seu encerramento.

Ninguém duvida de que o consumo local traz benefícios à economia local e a todos os seus residentes e às demais empresas que aqui se localizam.

Todos reconhecem que os pequenos negócios são responsáveis por uma elevada percentagem do emprego criado, que esses negócios impulsionam a demais economia local, que criam um comércio mais justo e centrado nas reais necessidades das famílias e dos seus clientes, que criam riqueza na região porque, na sua grande maioria, cria cadeias de valor em que fornecedor, produtor, mediador e cliente final são todos da mesma região, sem descurar que, criando-se essa cadeia de valor, se criam rendimentos e, por conseguinte, impostos que viabilizarão outros investimentos públicos.

Aqueles apoios e medidas que foram adotados e implementados pelo Município de Esposende pretendem acompanhar as necessidades da economia local, privilegiando os setores mais afetados, em cada momento, através da monitorização constante da evolução sanitária e das necessidades das empresas, empresários e seus trabalhadores.

É com esta visão sempre presente, que surge mais este novo apoio, que pretende, numa nova fase da situação epidemiológica, apoiar as empresas na reabertura das suas atividades.

Neste contexto, proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar a atribuição de um apoio de natureza financeira, com caráter excecional, às empresas do concelho de Esposende, dos setores mais afetados com a situação sanitária que vivemos, e, nessa medida, aprove também os critérios de aplicação e operacionalização desse mesmo apoio fixados no documento que agora se anexa e que denominamos de Plano de Apoio à Economia Local." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Sérgio Mano foi feita uma breve explicação do assunto, tendo o Senhor Vereador Rui Pereira colocado algumas questões, às quais o Senhor Vereador Sérgio Mano respondeu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

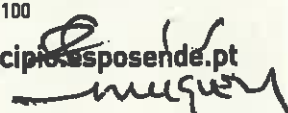
A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM APOIO DE NATUREZA FINANCEIRA, COM CARÁTER EXCECIONAL, ÀS EMPRESAS DO CONCELHO DE ESPOSENDE, DOS SETORES MAIS AFETADOS COM A SITUAÇÃO SANITÁRIA QUE VIVEMOS, E, NESSA MEDIDA, APROVAR TAMBÉM OS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

 municipio.esposende@cm-esposende.pt
 +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt



DESSE MESMO APOIO, FIXADOS NO PLANO DE APOIO À ECONOMIA LOCAL, QUE SE ENCONTRA ANEXO À PROPOSTA E COM OS QUAIS CONCORDA.-----
O ENCARGO RESULTANTE DESTES APOIOS FICA CATIVO, ATRAVÉS DA PROPOSTA DE CABIMENTO NÚMERO 626/2021, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

03.02 - EDUCAÇÃO:

03.02.01 – ATRIBUIÇÃO DE ESCALÃO A, NO NÍVEL DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR, A ALUNOS COM CARÊNCIAS SÓCIO-ECONÓMICAS – PROPOSTA.---

Foi presente em reunião Proposta da Senhora Vereadora Angélica Cruz, com o seguinte teor:

"Conforme o disposto no n.º 4 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da ação social escolar, e que abrange as crianças e os alunos que frequentem a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário, os escalões de apoio são determinados pelo posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Conforme referido no n.º 1 do artigo 28.º, os auxílios económicos constituem-se como uma modalidade de ação social escolar, considerando-se neste âmbito os encargos relativos a refeições, livros e outro material escolar, atividades de complemento curricular e ainda, na situação prevista no n.º 1 do artigo 26.º, alojamento.

De acordo com o artigo 11º do Despacho nº 8452-A/2015, de 31 de julho, na sua versão atual, têm direito a beneficiar dos apoios ao nível dos auxílios económicos os alunos pertencentes aos agregados familiares integrados nos 1.º e 2.º escalões de rendimentos, determinados para efeitos de atribuição do abono de família. Conforme o disposto no Anexo III do aludido Despacho, beneficiam de escalão A e B os alunos posicionados, respetivamente, nos escalões 1 e 2 de abono de família.

Pese embora o presente enquadramento, a experiência no terreno tem evidenciado situações de famílias com significativas carências económicas que, por diversos motivos, não usufruem de nenhum dos escalões anteriormente referidos.

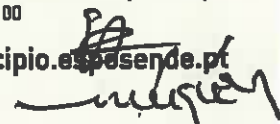
*Neste contexto, após avaliação social efetuada pelo Serviço de Ação e Coesão Social do Município, que comprova as dificuldades socioeconómicas das famílias do aluno **Valentim Sartori Regalado**, matriculado no 1º ano de escolaridade na EB de Góios, proponho à Câmara Municipal a atribuição de Escalão A, no nível da Ação Social Escolar, ao abrigo da al. hh) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ao referido aluno.*

Mais proponho que a medida de apoio vigore até ao final do ano letivo 2020/2021, salvo se se verificar alguma alteração significativa que justifique a reanálise dos processos." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vereadora Angélica Cruz foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS E, ASSIM, CONCEDER AO ALUNO MENCIONADO NA PROPOSTA OS BENEFÍCIOS DEFINIDOS PARA OS ALUNOS ABRANGIDOS PELO ESCALÃO A, NO NÍVEL DA AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.-----



MAIS DELIBEROU, QUE A REFERIDA MEDIDA DE APOIO, VIGORE ATÉ AO FINAL DO ANO LETIVO 2020/2021, SALVO SE, SE VERIFICAR ALGUMA ALTERAÇÃO SIGNIFICATIVA QUE JUSTIFIQUE A REANÁLISE DO PROCESSO.-----

04 – URBANISMO E POLÍTICA DE SOLOS: _____

04.01 – OBRAS PARTICULARES: _____

04.01.01 – CADUCIDADES: _____

04.01.01.01 - PROCESSO Nº 338/81 – JOSÉ DA SILVA – CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE – UNIÃO DE FREGUESIAS DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/467114/2021, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, no prazo fixado o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento em causa, pelo que deve ser declarada a caducidade do mesmo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----

04.01.01.02 - PROCESSO Nº 225/96 – ANTÓNIO GOMES OLIVEIRA – UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/409616/2021, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, no prazo fixado o requerente não contestou a intenção de a Câmara Municipal declarar a caducidade do licenciamento em causa, pelo que deve ser declarada a caducidade do mesmo. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.-----



04.01.01.03 - PROCESSO Nº 65/2001 – CARLOS MANUEL FREITAS SANTOS ABREU – UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO - CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO - PROPOSTA.

Foi presente em reunião a informação técnica n.º DGU/50761/2021, prestada pelos serviços da Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara, que refere que, o requerente vem solicitar uma licença especial para conclusão de obra inacabada de construção de edifício destinado a habitação. Dado o estado avançado das obras e tendo a licença já caducado, pode ser requerida a concessão de licença especial para a sua conclusão, desde que não se mostre aconselhável a sua demolição, por razões ambientais, urbanísticas, técnicas ou económicas. Não sendo este o caso, e atendendo ao pedido feito pelo requerente, entende-se não haver lugar à prévia audição do interessado, pelo que, estão reunidas as condições para ser declarada a caducidade do licenciamento. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante.

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO LICENCIAMENTO EM CAUSA, COM FUNDAMENTO NAS RAZÕES APONTADAS NA INFORMAÇÃO TÉCNICA QUE SUPORTA A PROPOSTA E COM A QUAL CONCORDA.

05 – APOIO A ORGANISMOS E INSTITUIÇÕES:**05.01 – JUNTAS DE FREGUESIA:****05.01.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE FEVEREIRO DE 2021 – RATIFICAÇÃO.**

Foi presente em reunião, proposta da Senhora Vereadora Alexandra Roeger, com o seguinte teor:

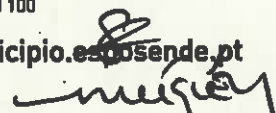
“Em cumprimento do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia – Regulamento n.º 254/2015, publicado no Diário da República, 2ª série – N.º 94 de 15 de maio de 2015, informo que no decorrer do mês de fevereiro de 2021, recebemos pedidos de colaboração não financeiros de apoio às Juntas de Freguesia de acordo com o mapa anexo.

Algumas solicitações tiveram carácter de urgência e as restantes só agora foram possíveis de quantificar em termos de valoração.

Foram feitas as respetivas estimativas de custos associados a cada intervenção, os quais foram autorizados pelo Senhor Presidente.

As intervenções foram realizadas e acompanhadas pelos serviços técnicos da Câmara Municipal, de forma a avaliar o seu cumprimento e eficácia.

Tendo presente o referido anteriormente, em cumprimento do n.º 4 do artigo 10.º do referido Regulamento, proponho à Câmara Municipal a ratificação dos apoios autorizados, conforme grelha anexa.” Seguem-se data e assinatura. Fica arquivada cópia junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como reproduzida.



Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR O APOIO AUTORIZADO E APROVADO PELO SENHOR PRESIDENTE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI EFETUADO.-----
MAIS DELIBEROU, REMETER A PRESENTE DELIBERAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONHECIMENTO.-----

05.02 – ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES: -----

05.02.01 – CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO ÀS CORPORações DE BOMBEIROS, ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPOSENDE E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta da Senhora Vereadora Alexandra Roeger, com o seguinte teor:

“A Proteção Civil é a atividade desenvolvida pelo Estado, pelas Autarquias Locais, por todas as entidades públicas ou privadas e pelos cidadãos, que tem como finalidade a prevenção, proteção e socorro e reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afetadas por acidentes e catástrofes.

Como elementos indispensáveis e preponderantes no cumprimento dessa missão, conta o nosso Município com a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Esposende e com a BenemÉRita Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Fão.

É sabido que o conjunto de alterações na legislação que enquadram esta atividade tem afetado de forma muito significativa a estabilidade destas associações, nomeadamente no que concerne às suas fontes de financiamento.

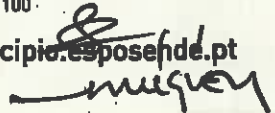
Por isso, é imperioso que essas alterações não sejam de alguma forma limitativas do excelente desempenho que ambas têm tido ao longo dos anos, no serviço que prestam às populações deste concelho.

Assim, na continuidade e sustentabilidade das políticas de apoio institucional desenvolvidas pelo executivo, proponho à Exma. Câmara a atribuição de um subsídio no valor de 17.500,00€ (dezassete mil e quinhentos euros) a cada uma das Corporações de Bombeiros: Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Esposende e BenemÉRita Associação dos Bombeiros Voluntários de Fão.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER UM APOIO FINANCEIRO ÀS CORPORações DE BOMBEIROS, ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPOSENDE E BENEMÉRITA ASSOCIAÇÃO



DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FÃO, NO EXATO VALOR DE 17.500,00€ (DEZASSETE MIL E QUINHENTOS EUROS), A CADA UMA DAS CORPORações.-----
O ENCARGO RESULTANTE DESTAS TRANSFERÊNCIAS FICA CATIVO, ATRAVÉS DA PROPOSTA DE CABIMENTO NÚMERO 616/2021, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

Pelo Senhor Vereador Rui Manuel Martins Pereira, foi apresentada a seguinte declaração de voto: *"As corporações dos bombeiros voluntários do concelho, à semelhança do que acontece com a maioria das corporações do país, perderam muitas receitas com a pandemia, nomeadamente as que advêm do transporte de doentes. No entanto, as despesas são praticamente as mesmas. Assim sendo e tendo em conta a significativa redução dos encargos com as atividades municipais, podia e devia haver alguma sensibilidade para que, excecionalmente, este apoio fosse aumentado para o presente ano. Não se pode aceitar que se atribua 27.500€ a uma associação privada para a organização de uma prova de equitação, e se atribua 17.500€ a cada corporação para apoio à sua atividade anual. As prioridades estão claramente invertidas e bem pode o executivo municipal e o senhor presidente dizer muitas vezes que apoia muito as corporações dos bombeiros, quando as ações revelam um apoio contido e igual há vários anos, quando as responsabilidades e âmbito de atuação são cada vez maiores."*-----

05.02.02 – CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO AO GRUPO CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO DE GEMESSES – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta do Senhor Vereador Rui Losa, com o seguinte teor:

"Como resulta expressamente do disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 23º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições em matéria de tempos livres e desporto, sendo competência dos seus órgãos, entre outros, "Apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças", como decorre também expressamente da alínea u) do nº 1 do artigo 33º da já referida Lei.

O Grupo Cultural Desportivo e Recreativo de Gemeses remeteu o pedido de apoio em anexo. Trata-se de um pedido de apoio financeiro que visa o apoio à reparação da viatura de 9 lugares, que se cifra em 4.288,49€ (valor com IVA), conforme faturas anexas.

1. Considerando-se que a reparação da viatura teve em conta a necessidade de assegurar as condições de segurança no transporte dos atletas do clube;

2. Considerando o papel fundamental dos Clubes Desportivos quer no incentivo, quer na manutenção da prática desportiva da nossa população, nomeadamente a de Gemeses e motivado pela necessidade de criar condições essenciais e em segurança para o transporte de atletas para as provas, de forma a manter o nível qualitativo e quantitativo de resultados do clube na modalidade de canoagem, tanto a nível nacional como internacional, bem como a presença constante dos atletas nas seleções nacionais, o que representa por si só um dos mais prestigiados clubes de canoagem nacionais;

***PROPÕE-SE** que o Município atribua um apoio financeiro no valor de 4.288,49€ (quatro mil duzentos e oitenta e oito euros e quarenta e nove centimos - valor com IVA), para fazer face aos custos associados ao valor do encargo com a reparação da viatura, ao Grupo Cultural Desportivo e Recreativo de Gemeses." Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.*-----



Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Vereador Rui Losa foi feita uma breve explicação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER UM APOIO FINANCEIRO AO GRUPO CULTURAL DESPORTIVO E RECREATIVO DE GEMESSES, NO VALOR DE 4.288,49€ (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA E OITO EUROS E QUARENTA E NOVE CÊNTIMOS), COM IVA INCLUÍDO À TAXA LEGAL EM VIGOR, PARA FAZER FACE AOS CUSTOS ASSOCIADOS AO VALOR DO ENCARGO COM A REPARAÇÃO DE UMA VIATURA.-----

MAIS DELIBEROU QUE O APOIO SEJA TRANSFERIDO APÓS A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NÃO DÍVIDA À SEGURANÇA SOCIAL E À ADMINISTRAÇÃO FISCAL.-----

O ENCARGO RESULTANTE DESTA TRANSFERÊNCIA FICA CATIVO, ATRAVÉS DO COMPROMISSO NÚMERO 2021/584, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPECTIVA DESPESA.-----

05.02.03 – CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO À ESPOSENDE SOLIDÁRIO – PROPOSTA.-----

Foi presente em reunião, proposta da Senhora Vereadora Alexandra Roeger, com o seguinte teor:

“É incumbência dos Municípios o apoio a atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a autarquia, competência que decorre da alínea u) do número 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

De igual modo, afigura-se, ainda, como atribuição dos Municípios, nomeadamente dos seus órgãos executivos, “deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes”, aliás em conformidade com o plasmado na alínea o) do supracitado artigo.

Tendo presente o devido enquadramento legal suprarreferido, e constituindo a área social uma das áreas de intervenção a que a Câmara Municipal de Esposende tem vindo a dar especial importância, tem, a mesma, vindo também a consolidar o garante de parcerias com os agentes locais de intervenção social, por via do apoio e/ou comparticipação, pelos meios adequados.

Por outro lado, é sabido que a conjuntura que o país atravessa tem afetado de forma muito significativa a estabilidade destes agentes de ação social, nomeadamente no que concerne à sua estabilidade financeira, sendo imperioso que tal não seja limitativo do excelente desempenho que têm tido ao longo dos anos, no serviço que prestam à população deste concelho e, em concreto, da área territorial que abrange.

Assim, e face à expressa necessidade apresentada pela Esposende Solidário – Associação Concelhia para o Desenvolvimento Integrado para a aquisição de bens e concretização de pequenas intervenções no edificado, a presente proposta visa colocar à apreciação e decisão da Câmara Municipal a atribuição, à Esposende Solidário, de um apoio financeiro no montante total de 25.000,00€.” Segue data e assinatura. Fica arquivado original da proposta junto à minuta da ata da presente reunião, da qual faz parte integrante e cujo teor aqui se dá como transcrito.-----

Colocado o assunto à discussão, pela Senhora Vereadora Alexandra Roeger foi feita uma breve explicação do assunto.-----



MUNICÍPIO DE ESPOSENDE
Praça do Município, 4740-223 Esposende

☎ municipio.esposende@cm-esposende.pt
☎ +351 253 960 100

www.municipio.esposende.pt

Colocado o assunto a votação:

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, CONCEDER UM APOIO FINANCEIRO À ESPOSENDE SOLIDÁRIO – ASSOCIAÇÃO CONCELHIA PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO, NO EXATO VALOR DE 25.000,00€ (VINTE E CINCO MIL EUROS), PARA FAZER FACE AOS CUSTOS SUPTORTADOS COM A AQUISIÇÃO DE BENS E COM A CONCRETIZAÇÃO DE PEQUENAS INTERVENÇÕES NO EDIFICADO.-----

MAIS DELIBEROU QUE O APOIO SEJA TRANSFERIDO APÓS A APRESENTAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NÃO DÍVIDA À SEGURANÇA SOCIAL E À ADMINISTRAÇÃO FISCAL.-----

O ENCARGO RESULTANTE DESTA TRANSFERÊNCIA FICA CATIVO, ATRAVÉS DO COMPROMISSO NÚMERO 2021/585, VALOR NECESSÁRIO PARA A ASSUNÇÃO DA RESPETIVA DESPESA.-----

06 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:-----

---Encerrada a ordem de trabalhos foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto nos números um e dois do artigo quadragésimo nono do anexo I da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, conjugado com o artigo décimo quarto do Regimento, não se tendo verificado nenhuma inscrição neste período.-----

---E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a minuta da ata da presente reunião, que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo onze horas e vinte minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião.-----

---E eu, Mafalda Sofia Migueis Santos Ferreira, Técnica Superior do Serviço de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi e subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião.-----

